

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Supressiva

Suprima-se o art. 3º da Medida Provisória Nº 687, de 17 de agosto de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional não pode abrir mão das prerrogativas constitucionais previstas no art. 48, XI: "zelar pela preservação de sua competência legislativa em face de atribuição normativa de dos outros poderes".

A delegação de que a autorização monetária, na forma de regulamento, do valor dos precos e da taxa de controle e fiscalização ambiental – TCFA dos serviços e produtos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA previstas na Lei Nº 6938, de 31 de agosto de 1981 seria como um "cheque em branco" para o Poder Executivo.

Como está previsto no art. 150, inciso I, da Constituição Federal: "sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei

0	шe	0	est	ah	ele	ca	"
ч	uc	\mathbf{c}	col	av	$c_{i}c_{i}$, ca	

Portanto, cabe ao Congresso Nacional definir a forma de atualização monetária, de acordo com princípios e diretrizes estabelecidos em lei. Essa delegação de majorar impostos causaria ao contribuinte insegurança jurídica, além de não permitir que os representantes da sociedade possam acompanhar a discussão do tema, quando da tramitação na Câmara dos Deputados e Senado Federal.

PARLAMENTAR